

A crítica maquiavélica e sua contribuição à teoria de partidos¹

Leonardo Martins Barbosa (pesquisador OLB/IESP-UERJ)

Passados quatro séculos da escrita de *O Príncipe* e de *Discursos* de Tito Lívio, Nicolau Maquiavel continua a ser um dos autores mais comentados e interpretados no âmbito da teoria e história do pensamento político. Sua escrita enigmática deu origem a enorme variedade de leituras de sua obra. Não é a proposta deste artigo apresentar ainda outra linha interpretativa. Antes, procuro recortar um aspecto específico da obra de Maquiavel que considero importante para a ciência política moderna, em particular para a discussão teórica sobre partidos políticos: a crítica à legitimidade dinástica e suas implicações para o estudo sobre partidos políticos contemporâneos.

Tendo em vista esse objetivo, analiso as duas principais obras do autor e em alguns de seus principais intérpretes. O texto se dividirá em três partes. As duas primeiras reservadas à elaboração do que chamo de crítica maquiavélica, que nasce do repúdio de Maquiavel à aristocracia hereditária e o leva a ao exercício de dessacralização da legitimidade dinástica. Para tanto, me baseio em trabalhos tão díspares quanto os de Leo Strauss (1958) e Claude Lefort (2012). Por fim, na terceira e última parte do artigo é uma reflexão sobre uma possível aplicação da crítica maquiavélica ao estudo dos partidos.

1. O ódio à aristocracia hereditária

Um dos traços mais distintivos da vida Maquiavel é sua filiação ao republicanismo e, mais em particular, à República de Florença, a qual serviu por décadas². Seus dois principais livros foram escritos, no entanto, depois da restauração da tirania dos Médici, e traduzem, assim, não apenas sua experiência de governo, mas também a de sua derrota e expurgo, pouco antes de escrever sua mais conhecida obra, em 1513. A turbulência da política italiana do século 16 foi sentida tanto mais por Maquiavel, na medida em que ele não pertencia à classe dos grandes *ottimati* (POCOCK, 1975), ou seja da grande aristocracia italiana que à época comandava suas principais repúblicas e principados. Pelo contrário, seu republicanismo tinha traços significativamente mais democráticos do que, por exemplo, aquele de Guicciardini,

¹ 44º Encontro Anual da ANPOCS, SPG47 - Teoria Política: Pluralismo, Universalismo e Crise Democrática.

² São muitas as obras que ressaltam seu republicanismo. Destaco em particular autores da chamada escola de Cambridge, Pocock e Skinner. No Brasil, Newton Bignotto.

conforme argumenta John McCormick (2003). Se a intenção deste autor é ressaltar aspectos institucionais da ordem defendida por Maquiavel, em particular nos Discursos de Tito Lívio, aqui me detenho em outro aspecto do espírito democrático de Maquiavel, também relacionado à posição social que ocupava e à sua trajetória de ascensão e queda na vida republicana: seu desprezo pela nobreza hereditária, que dominava a Itália do 16 e que Maquiavel condena pelos infortúnios políticos da península.

Uma figura de sua obra emblemática dessa postura é a de Híeron de Siracusa, tirano admirado por Maquiavel por ter ascendido ao trono por virtudes, e não por berço. A ele compara seus amigos republicanos, a quem dedica seus Discursos, Buondelmonti e Rucellai, com a seguinte homenagem: “os historiadores sentem mais atração por Híeron, cidadão de Siracusa, do que por Perseu, rei da Macedônia, porque o primeiro, para ser príncipe, só precisaria do poder supremo; mas Perseu tinha só um dos atributos do rei – a realeza” (MAQUIAVEL, 1994, p. 14). No capítulo 6, de O Príncipe, encontramos a mesma referência. O capítulo é de grande relevância para a interpretação da obra, na medida em que associa novos príncipes e a figura do fundador de um novo Estado, por meio da referência a Rômulo, Teseu, Ciro e Moisés, reputados fundadores de seus respectivos Estados. A essas figuras míticas, Maquiavel contrapõe a de Híeron, cidadão privado que ascendeu ao trono por suas próprias virtudes. O contraste entre um príncipe tão mundano com figuras míticas é tanto mais estranho se considerarmos que é com Híeron, e não com alguma daquelas figuras, que Maquiavel resolve encerrar capítulo de tamanha importância.

O exemplo Híeron não se encerra em si, mas é também imbuído de valor heurístico para se interpretar a obra de Maquiavel. O tema da hereditariedade é introduzido por Maquiavel logo no primeiro capítulo de O Príncipe, quando da distinção entre principados novos e hereditários. No capítulo 2, afirma que os principados hereditários são mais fáceis de manter do que os novos, pois naqueles “basta não preterir as ordenações de seus antepassados e, depois, saber contemporizar segundo os acontecimentos; de modo que, se um príncipe é de capacidade ordinária, ele sempre se manterá em seu estado, desde que dele não seja privado por uma força excessiva e extraordinária” (MAQUIAVEL, 2017, cap.2, p. 7). O primeiro e mais conhecido objetivo dessa colocação é o de descartar os principados hereditários como objeto de análise e o de concentrar sua análise nos novos principados, que são definidos entre os capítulos 3 e 9, podendo-se mesmo afirmar que os capítulos subsequentes referem-se principalmente, se não exclusivamente, aos desafios enfrentados pelos novos príncipes em termos da organização de sua força e de sua relação com o povo.

Entretanto, conforme a brilhante análise de Claude Lefort, em paralelo à ênfase nos principados novos, haveria também um contraste implícito com os principados hereditários, reputados no pensamento medieval como mais estáveis porque mais legítimos (LEFORT, 2012, p. 93, 110–113). Na análise de Maquiavel, diferentemente, a harmonia e legitimidade dependeriam fundamentalmente das virtudes. O tema do principado hereditário, abandonado no capítulo 2, é retomado, assim, no capítulo 24, intitulado “Por que razões os príncipes da Itália perderam seus estados”. Se no capítulo 2 o paralelo entre príncipes hereditários e príncipes novos pedia para os primeiros, por dependerem menos da *virtù* do que os segundos, no capítulo 24 observamos uma inversão, na medida em que a virtude contribui mais para a glória e poder dos príncipes do que a antiguidade da linhagem, conforme podemos observar na seguinte passagem:

“As coisas ditas acima, se observadas prudentemente, farão um príncipe novo parecer antigo e logo o tornarão mais seguro e firme em seu estado do que se nele já fosse antigo. Isso porque um príncipe novo é muito mais observado em suas ações do que um hereditário, e, quando elas são reconhecidas como virtuosas, conquistam muito mais os homens e muito mais os obrigam do que a antiguidade da linhagem. Os homens são conquistados muito mais pelas coisas presentes do que pelas passadas” (MAQUIAVEL, 2017, cap. 24, p. 119)

Temos em O Príncipe, dessa forma, um movimento ascendente na construção da imagem dos príncipes novos. Se no início a tarefa desses príncipes é relativamente muito mais árdua, o livro se encerra com o diagnóstico de que a *virtù* do príncipe é sempre mais importantes do que sua linhagem. Os obstáculos por eles enfrentados são, na verdade, elementos de teste e construção de sua *virtù*, aspecto central para a autoridade do príncipe e a estabilidade de seu Estado.

É possível perceber também nos Discursos movimento semelhante. No capítulo 2, sob a justificativa de classificar as repúblicas, Maquiavel retoma a teoria dos ciclos de Políbio, segundo a qual todas as formas de governo, monarquia, aristocracia e democracia, estariam sujeitas à corrupção. A degeneração de cada uma dessas formas motivaria a instituição de novo governo, em ciclo infundável. Entretanto, Maquiavel imprime sua própria lógica ao processo de corrupção das formas de governo e dá novo sentido ao governo misto, o qual, na visão do autor florentino deve se basear fundamentalmente no povo. A causa da degeneração do governo monárquico é a sucessão hereditária, conforme a seguinte passagem, do capítulo 2, livro I:

“A partir de então, quando houve necessidade de escolher um chefe, deixou-se de procurar o mais corajoso para buscar o mais sábio, e sobretudo o mais justo; contudo, como os príncipes vieram a reinar pelo direito de sucessão, e não pela escolha do povo, em breve os herdeiros degeneraram; desprezando a virtude, persuadiam-se de que nada mais tinham a fazer além de exceder seus semelhantes em luxo, ócio e todos os tipos de volúpia. Desde então, a figura do príncipe começou a provocar ira, que a rodeou de terror; mas não tardou a nascer a tirania, que transformou o medo em agressão.” (MAQUIAVEL, 1994, Livro I, cap. 2, p. 24)

Também no capítulo 10 encontramos outra evidência de que a hereditariedade é vista como fator principal de corrosão da monarquia.

“O estudo da história ensinará também como se pode fundar um bom governo, pois todos os imperadores que subiram ao trono por direito de nascença foram maus, com a exceção de Tito; os adotados como reis foram todos excelentes, como se pode ver pelos cinco que se sucederam de Nerva a Marco Aurélio. Que o leitor os compare com seus antecessores e sucessores, escolhendo depois aqueles sob quais se preferiria viver como súdito.” (MAQUIAVEL, 1994, Livro I, cap. 10, p. 54)

E novamente no capítulo 20:

“A autoridade suprema passou, de fato, para as mãos dos cônsules, que não a recebiam por herança, pela intriga ou pela violência, mas pelo livre sufrágio dos cidadãos. Eram os homens de maior virtude: sua virtude - e algumas vezes também sua boa sorte - esteve sempre a serviço de Roma.” (MAQUIAVEL, Livro I, cap. 20, p. 81, 1994)

O título desse mesmo capítulo é “O reinado sucessivo de dois príncipes virtuosos tem resultados dos mais felizes; e como as repúblicas bem organizadas têm necessariamente sucessões virtuosas, são grandes seus êxitos e conquistas”. O capítulo que lhe é anterior, por sua vez, se intitula “Um príncipe fraco pode manter-se no poder após um príncipe sábio e vigoroso; mas nenhum reino pode subsistir quando um príncipe fraco é sucedido por outro”. Com esses dois argumentos, Maquiavel não apenas corrobora o diagnóstico do capítulo 24 de O Príncipe, de que o príncipe prudente pode governar com tanta facilidade quanto um príncipe antigo, como o aprofunda, ao afirmar que dois reinados fracos, de príncipes hereditários, pode decretar o fim de um reino. Desse modo, em estilo retórico elíptico e esquivo, como é típico de

Maquiavel³, encontramos em suas duas principais obras um movimento argumentativo que contraria a assertiva do capítulo 2, segundo a qual bastaria ao príncipe hereditário “capacidade ordinária”.

Assim, o problema da autoridade tirana não é apenas o excesso de poder, mas também, principalmente, a falta de *virtù* em seu emprego, particularmente aguda em situações de sucessão hereditária. Entre os capítulos 2 e 7 do primeiro livro dos Discursos, Maquiavel desenha e reinterpreta o equilíbrio que se formou em Roma, primeiro com a criação do consulado em substituição à monarquia e, em seguida com a ascensão dos tribunos populares para limitar o poder da classe senatorial. À medida que o faz, fica claro que o autor florentino reserva lugar especial para o povo e, assim, distingue sua teoria de governo misto daquela de Políbio. É o caso quando, em resposta à pergunta enunciada no título do capítulo 5, “a quem se pode confiar mais segurança a defesa da liberdade: aos aristocratas ou ao povo”, responde:

“perceberemos na primeira [aristocracia] a sede do domínio; no segundo [o povo], o desejo de não ser degradado - portanto, uma vontade mais firme de viver em liberdade, porque o povo pode bem menos do que os poderosos ter esperança de usurpar a autoridade. Assim, se os plebeus têm o encargo de zelar pela salvaguarda da liberdade, é razoável esperar que o cumpram com menos avareza, e que, não podendo apropriar-se do poder, não permitam que outros o façam.” (MAQUIAVEL, 1994, Livro I, cap. 5, p. 33)

Passagem muito semelhante é encontrada no capítulo 9 de O Príncipe, intitulado “Do principado civil”, ou seja, daquele príncipe alçado a essa condição por favor da população – do povo ou dos grandes. Afirmar então, Maquiavel: “Pois, em todas as cidades, existem esses dois humores diversos, que nascem da seguinte razão: o povo deseja não ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo” (MAQUIAVEL, 2017, cap. 9, p. 45). E complementa ainda, “não se pode satisfazer honestamente aos grandes sem injúrias aos outros, mas ao povo sim, porque seus fins são mais honestos que os dos grandes, visto que estes querem oprimir, enquanto aqueles querem não ser oprimidos.” (MAQUIAVEL, 2017, cap. 9, p. 46), de modo que tendo sido alçado ao poder pelos grandes ou pelo povo, deve-se buscar o apoio do povo, quer se tenha tornado príncipe com seu favor, ou com favor dos grandes.

³ Leo Strauss descreve esse estilo retórico como sendo baseado em duas afirmações, em que a primeira cumpre a função mascarar sua real intenção, sendo assim contradita pela segunda. Ver por exemplo (STRAUSS, 1958, p. 44.)

Tanto em *O Príncipe*, quanto nos *Discursos*, os capítulos seguintes, respectivamente, ao nono e ao quinto, tratam de temas que trazem novamente o povo ao centro da discussão. Entre os capítulos 12-14 da primeira obra, Maquiavel defende a superioridade das milícias sobre a os exércitos mercenários, ponto reforçado no capítulo 20, quando afirma que “jamais existiu um príncipe novo que desarmasse seus súditos; pelo contrário, encontrando-os desarmados, sempre os armou, porque, ao dar-lhes armas, estas tornam-se tuas” (MAQUIAVEL, 2017, cap. 20, p. 101). Entre os capítulos 15 e 19, por sua vez, dedica-se às estratégias para conquistar a estima do povo. Quando voltamos os olhos ao primeiro livro dos *Discursos*, após dedicar-se à importância da inimizade entre povo e Senado (capítulos 6 a 8), Maquiavel dispensa considerável tempo em elogio à religião (capítulos 11-15) para a manutenção da disciplina e virtude do povo e, em seguida, sobre os efeitos perversos de sua corrupção (capítulos 16-18).

Assim, o elogio ao governo misto, bem como a importância inovadora destinada à inimizade entre povo e Senado para a grandeza de uma cidade, não deve nos cegar para o fato de que o lugar reservado ao povo é mais central e determinante do que aquele reservado à aristocracia, visto com desconfiança perene. Esse aspecto do argumento de Maquiavel levou John McCormick a criticar o rótulo de republicano ao autor florentino, em razão do caráter aristocrático das repúblicas italianas do período (McCORMICK, 2003). McCormick prefere, assim, enxergar em Maquiavel lições para renovar a teoria democrática moderna, em particular a importância da representação popular frente a regimes de natureza oligarquizada.

Aqui, entretanto, prefiro interpretar a centralidade destinada por Maquiavel ao povo como o caminho escolhido por Maquiavel para atacar a aristocracia hereditária, considerada por ele a responsável pela fraqueza da Itália e de suas cidades. O capítulo 26 dos *Discursos* – número que corresponde precisamente à quantidade de capítulos de *O Príncipe* – é considerado por Leo Strauss como revelador do propósito de Maquiavel (STRAUSS, 1958, p. 48). Nessa passagem, o tema do novo príncipe – o mesmo de sua obra anterior – é retomado em sua forma extrema: “Um novo príncipe, em cidade ou região conquistada, deve renovar todas as coisas”, adotando, para isso, práticas “bárbaras”, para “que não deixe coisa alguma intata no novo Estado; que toda situação, autoridade ou riqueza seja devida ao soberano” (MAQUIAVEL, 1994, Livro I, cap. 26). Trata-se, para Strauss, de um intento de renovação, que passava pela destruição das “famílias principescas” que dominavam o cenário político italiano (STRAUSS, 1958, p. 67–68). A figura de Híeron, homem privado que ascendeu à realeza por sua própria *virtù*, representa o tipo de abalo desejado por Maquiavel, ele mesmo não um grande *ottimati*, sobre a aristocracia hereditária italiana, que deveria ser causada por meio da mobilização do povo e de sua entrada na vida política e institucional das cidades italianas.

2. O tema da fundação e a legitimidade dinástica

Em seu jogo retórico, Maquiavel frequentemente apresenta virtudes cristãs para, em seguida, sugerir comportamento contrário dos príncipes, na forma de seus conselhos. Por essa razão convencionou-se, com justeza, a interpretação de que o príncipe maquiavélico seria mais precisamente descrito como um tirano. Para o objetivo deste artigo, entretanto, interessa analisar como a negação da teologia cristã evolui na obra de Maquiavel para atacar os fundamentos da legitimidade dinástica, por meio de sua dessacralização.

As obras conhecidas como espelhos de príncipe se tornaram uma das principais marcas do humanismo renascentista e sua influência no pensamento político. Disseminadas na Itália do *quattrocento*, esses tratados se valiam da retórica para discutir as virtudes de um príncipe, amplamente baseadas nas virtudes cristãs. Tendo sido escrito nesse cenário, O Príncipe realiza uma brutal inversão tanto no estilo de sua retórica, quanto no conteúdo dos conselhos aos príncipes, em particular pelo trato que destina ao tema das virtudes. Observemos, nessa obra, os capítulos 16, “Da liberalidade e da parcimônia”, 17, “Da crueldade e da piedade e se é melhor ser temido que amado, ou melhor amado que temido” e 18, “De que modo devem os príncipes manter a fé [i.e., manter a palavra]”: cada um deles atinge diretamente uma virtude propagada no ensinamento cristão aos príncipes, a liberalidade, a piedade e a honra (SKINNER, 1998, vol. 1, cap. 5.3). Somem-se, ainda, a contraposição constante entre a força dos antigos e a fraqueza da moderna religião cristã, que transforma “A nobreza, as riquezas, as honrarias antigas e sobretudo a virtude [em] pecados capitais.” (MAQUIAVEL, 1994, cap. 10, p. 55).

O trabalho mais significativo sobre o ateísmo de Maquiavel é o de Leo Strauss, que se refere ao pensador renascentista como “imoral e irreligioso” (STRAUSS, 1958, p. 12), alguém que prefere a salvação de sua pátria à salvação de sua alma (STRAUSS, 1958, p. 10). Há razão para tanto. Começemos pelo fato de o autor florentino descrever um tirano nos nove primeiros capítulos de O Príncipe sem assim nomeá-lo. Dentre as situações analisadas por Maquiavel, sem juízo moral, encontramos o príncipe que alcança sua posição por atos criminosos (MAQUIAVEL, 2017, cap. 8), ou o elogio, nos Discursos, ao assassinato de Remo por Rômulo (MAQUIAVEL, 1994, cap. 9). A natureza dessa imoralidade, contudo, pode ser interpretada de diversas maneiras, como se fez, por exemplo, ao caracterizar a obra de Maquiavel como científica e, portanto, fundadora da ciência política moderna. Para Strauss, em particular, a crítica ao cristianismo desempenha o importante papel de lançar as bases da filosofia política moderna.

Meu objetivo neste artigo, contudo, é diverso. Com base nos mesmos traços de vilipêndio do cristianismo, argumento aqui que a imoralidade e o ateísmo de Maquiavel compõem sua crítica à aristocracia hereditária naquilo que a legitima: a ideia de uma harmonia dada por uma leitura teológica do corpo social. Em outras palavras, o trabalho de Maquiavel pode ser lido como uma profunda crítica à legitimidade da sucessão dinástica e para isso, é central a figura do príncipe fundador. A análise de Claude Lefort (2012) é provavelmente a que destina maior centralidade ao tema. Maquiavel contrapõe o princípio hereditário do capítulo 2 de O Príncipe ao novo príncipe fundador, descrito fundamentalmente no capítulo 6, o mesmo que se encerra com a figura de Híeron, referido anteriormente. Essa contraposição, continua Lefort, constitui dois momentos do mesmo fenômeno: o príncipe hereditário sucede ao momento de fundação. Para Lefort, esse sinal representa no pensamento de Maquiavel uma equivalência entre equivalência entre Estado e seu fundador. Partindo dessa conclusão, argumentarei como essa mesma figura do fundador é central no processo de crítica de Maquiavel à legitimidade dinástica.

O ponto inicial dessa discussão, portanto, é o processo de secularização do discurso sagrado e a consequente forma mundana com que esse autor concebe a história do cristianismo. Dentre as figuras míticas fundadoras citadas no capítulo 6 de O Príncipe, inclui-se a de Moisés, apresentado da seguinte maneira:

“Quanto aos que, pela própria virtù e não pela fortuna, se tornaram príncipes, digo que os mais eminentes foram Moisés, Ciro, Rômulo, Teseu e similares. E, ainda que não se deva discutir sobre Moisés, uma vez que foi um mero executor das coisas ordenadas por Deus, ele deve ser admirado ao menos pela graça que o tornou digno de falar com Deus. Consideremos, porém, Ciro e os demais conquistadores ou fundadores de reinos: acharemos todos admiráveis e, se observarmos suas ações e ordenações particulares, não nos parecerão discrepantes das de Moisés, que teve tão grande preceptor” (MAQUIAVEL, 2017, p. 26).

Como típico da retórica de Maquiavel, primeiro ele exclui Moisés da comparação com os fundadores pagãos Ciro, Rômulo e Teseu, por ser ele “mero executor das coisas ordenadas por Deus”. Em seguida, contudo, ele se contradiz e inclui novamente Moisés dentre os demais, uma vez que as “ações e ordenações particulares” dos demais fundadores “não nos parecerão discrepantes das de Moisés”. Ou Maquiavel se propunha a estabelecer a natureza divina de Ciro, Rômulo e Teseu, ou, inversamente, a secularizar a figura do fundador do reino dos hebreus. A segunda hipótese certamente compõe melhor como invertia as virtudes cristãs

considerava fraca a moderna religião. Gostaria de sublinhar, contudo, que parte decisiva da argumentação de Maquiavel passa também pela dessacralização do cristianismo e de seu poder temporal.

Após os nove capítulos de apresentação do objeto de sua investigação, o novo príncipe, Maquiavel introduz no capítulo 11 um tipo de principado até então não mencionado: o principado eclesiástico. Nele, percebemos a mesma estratégia retórica aplicada à Moisés, no capítulo 6. Primeiramente, qualifica o principado eclesiástico como os únicos “seguros e felizes”, em que não se aplicam as reflexões desenvolvidas nos capítulos anteriores, e justifica: “só esses principados são seguros e felizes. Mas, sendo eles regidos por razões superiores, que a mente humana não alcança, não falarei sobre eles, pois, sendo erguidos e mantidos por Deus, seria homem presunçoso e temerário quem discorresse a seu respeito” (MAQUIAVEL, 2017, cap. 11, p. 55). Imediatamente depois, Maquiavel novamente contradiz seu respeito pela divindade do poder temporal da Igreja:

“Contudo, se alguém me perguntasse como a Igreja alcançou tamanha grandeza temporal, já que, antes de Alexandre os potentados italianos (e não somente estes, mas também qualquer barão ou senhor, por mínimo que fosse) pouco a valorizavam no que se refere ao domínio temporal, e agora um rei da França treme diante dela, que conseguiu expulsá-lo da Itália e arruinar os venezianos, não me pareceria supérfluo recordar essas coisas, embora sejam conhecidas” (MAQUIAVEL, 2017, cap. 11, p. 56).

O papa Alexandre VI, Cesar Bórgia, com efeito, é uma das personagens centrais de O Príncipe, na medida em que se trata de um dos príncipes que exerceram com maior desenvoltura a *virtù*, tal como propagada por Maquiavel. Também esse é o caso de Fernando de Aragão, “o primeiro rei dos cristãos” cuja principal virtude foi ter mantido “exércitos com o dinheiro da Igreja e do povo e, graças a essa longa guerra, lançar os fundamentos de suas milícias, para depois ser honrado por elas” (MAQUIAVEL, 2017, cap. 21, p. 107). O mesmo sentido de argumentação, qual seja, da inobservância das virtudes cristãs pelos líderes da religião, pode ser encontrado também nos Discursos, de que é exemplo o capítulo 12, quando Maquiavel assevera a decadência do cristianismo, o que se poderia observar “no fato de que os povos mais próximos da Igreja Romana, a capital da nossa religião, são justamente os menos religiosos” (MAQUIAVEL, 1994, Livro I, cap. 12, p. 62). Sua conclusão, por fim, enterra definitivamente a pretensa distinção entre principados eclesiásticos e os demais, ao afirmar ser a Igreja a principal responsável pela falta de um governo único na Itália, pois ela “tendo possuído e

saboreado o poder temporal, não tem contudo a força suficiente, nem a coragem bastante, para se apossar do resto do país, tornando-se dele soberana” (MAQUIAVEL, 1994, Livro, I, cap. 12, p.62).

Essa própria decadência é em si sintomática da visão secular lançada por Maquiavel ao cristianismo e a todas as religiões, por assim dizer. Isso é particularmente claro no Discursos, entre os capítulos 11 e 15, em que o escritor disserta sobre o papel da religião em garantir a moral e as virtudes entre os habitantes de uma cidade e, principalmente, mitigar a possível irracionalidade do ingresso do povo na arena política (MAQUIAVEL, 1994, Livro I, cap. 13)⁴. Contudo, a religião de Maquiavel não tem natureza divina, mas é ela também fundada pelo líder político, tendo, portanto, caráter cívico. Sua natureza secular é corroborada por Maquiavel ao narrar a cuidadosa manipulação das crenças por parte das lideranças, como é o caso dos patrícios que manipularam o povo com a região, para eleger os tribunos que lhes agradava (MAQUIAVEL, 1994, Livro I, cap. 13), ou o do general Papírio que, querendo atacar, recebeu o conselho do oráculo que ignorasse a mensagem dos deuses, que lhe diziam o contrário. Para apaziguar as tropas, ordenou a morte desse mesmo oráculo e procedeu como queria, sem, contudo, criar a imagem de que desrespeitava as crenças romanas.

Outro traço mais característico da secularização da política é provavelmente a importância destinada por Maquiavel à força das armas e à violência na fundação do Estado. A passagem mais conhecida a respeito está presente no importante capítulo 6 de O Príncipe, em que encontramos a afirmação de que “todos os profetas armados vencem, enquanto os desarmados se arruínam” (MAQUIAVEL, 2017, cap. 6, pp. 27-28). É importante enfatizar, com efeito, que esse capítulo é o mesmo em que Moisés é equiparado a outros fundadores, do que se conclui, portanto, que Moisés é um profeta armado, tendo conseguido fundar um reino e uma religião. O tema da força e da violência como fundamento da cidade ou do reino, contudo, perpassa toda a obra de Maquiavel. No capítulo 12 da mesma obra, quando introduz a discussão sobre a importância das milícias (o tema prossegue sendo discutido até o capítulo 14), afirma:

“Os principais fundamentos de todos os estados, tanto dos novos como dos velhos ou dos mistos, são as boas leis e as boas armas. Como não se podem ter boas leis onde não há boas armas, e onde há boas armas costumam ser boas as leis, deixarei de refletir sobre as leis e falarei das armas.” (MAQUIAVEL, 2017, cap. 12, p. 59)

⁴ Contrariamente ao que se pode imaginar, o tipo de manipulação descrita nesse capítulo não cumpre a função de minar a participação do *demos*, o que seria contraditório com o que argumentei na seção anterior. Uma interpretação alternativa é a de que o mitiga o temor de que essa participação poderia sujeitar o governo da cidade ao humor volátil do povo. No mesmo sentido se devem ler os capítulos 53 e 53 do primeiro Livro dos Discursos.

Nos Discursos, o tema da fundação é tratado com particular ênfase no livro III. Os capítulos 3 e 4 desse livro, nesse sentido, são muito significativos. O capítulo 4 se intitula “O príncipe não terá segurança enquanto viverem os que foram despojados do poder”. Nele, conforme se depreende do título, Maquiavel discorre sobre a importância da violência na afirmação do poder. Mais interessante ainda é o capítulo que o antecede, intitulado “Como é necessário imolar os filhos de Brutus para consolidar a liberdade recém-conquistada”, em que reflexão muito similar ao ato do príncipe é aplicado ao cenário de uma república, nos indicando que o tema da fundação, embora representado primordialmente na figura do novo príncipe, vale também para repúblicas – ou seja, vale para cidades e reinos de forma geral. Em todos esses casos, a violência não apenas torna prosaica e mundana a fundação da cidade ou do reino, como a particulariza também. O Estado perde a natureza universal que lhe é conferida pela legitimidade dinástica, principalmente a imperial, torna-se algo imbuído de sentido particular, conferido por único fundador, por essa razão “É necessário que um só homem imprima a forma e o espírito do qual depende a organização [*ordinazione*] do Estado [*republica o regno*]” (MAQUIAVEL, 1994, Livro I, cap. 9, p. 50)

O tema da fundação, entretanto, não se restringe em Maquiavel ao momento de origem de uma república ou reino. Antes, perpassa a vida da cidade, fazendo-se presente em diversos momentos. Por exemplo:

“Quando há uma revolução [*mutazione di stato*] (a transformação de uma república em tirania, ou de uma tirania em república), faz-se necessário algum exemplo que atemorize os inimigos das novas instituições. Quem se apodera da tirania e deixa Brutus vivo é logo derrubado, como também o é quem funda um Estado livre e não imola os filhos de Brutus” (MAQUIAVEL, 1994, Livro III, cap. 3, p. 307).

O tema da fundação mistura-se também com o da mudança [*mutazione di stato*] e com o desenvolvimento da vida cidadina. Podemos interpretar, nesse sentido, o capítulo 49 – último – do Livro III dos discursos, significativamente intitulado “Para manter sua liberdade, uma República precisa, todo dia, de novas providências”. Em outras palavras, vemos aqui, portanto, um entrelaçamento entre um episódio extraordinário (a fundação) e a vida regular da política da cidade. Retomamos aqui, em outras bases, a distinção entre príncipes fundadores (extraordinários) e hereditários (ordinários), em que Maquiavel novamente reafirma serem os primeiros, e não os segundos, o objeto de seu estudo. Isso fica claro uma vez mais no Livro III dos Discursos, em que encontramos o capítulo 16 com o seguinte título: “Em tempos difíceis,

tem-se que recorrer à virtude verdadeira; mas quando tudo vai bem, sobressaem os homens ricos e de família influente, e não os homens virtuosos”

Observamos com isso o desenvolvimento de uma antítese básica no pensamento de Maquiavel, uma vez que as lições que ensina em suas duas obras presumem a recorrência de eventos e situações – ou seja, dizem respeito ao tempo previsível, que se repete, aquele que permite que se trate a história como mestra da vida (*magistra vitae*). Tendo em vista essa dualidade entre o ordinário e o extraordinário, chegamos ao conceito chave de fortuna, que perpassa toda a obra de Maquiavel, sendo tratado de maneira mais específica no penúltimo capítulo de O Príncipe, “De quanto pode a fortuna nas coisas humanas e de que modo se pode resistir-lhe”. Nele, embora reconheça que “as coisas do mundo são governadas de tal modo pela fortuna e por Deus”, julga também que “a fortuna seja árbitro de metade de nossas ações, mas que também deixe a nosso governo a outra metade, ou quase” (MAQUIAVEL, 2017, cap. 26, p. 121).

Podemos ler na reflexão de Maquiavel sobre a fortuna uma dupla mensagem. De um lado, a valorização dos ensinamentos da história e da *virtù* humana; de outro, o reconhecimento do poder da fortuna e da imprevisibilidade. Considerando a análise exposta até aqui, a referência a Deus deve mais uma vez ser lida em referência ao ateísmo de Maquiavel. Trata-se de outro invólucro que, na verdade, esconde a crítica velada aos princípios teológicos cristãos, então em voga. A imprevisibilidade da fortuna contrasta com a providência divina que, embora desconhecida pelos humanos, guarda um sentido à luz do qual a história pode ser interpretada. A harmonia social decorreria, portanto, do encontro entre o livre arbítrio humano e a vontade divina. Diferentemente, a fortuna no pensamento de Maquiavel realça o aspecto necessariamente mundano e fugaz das coisas humanas. A estabilidade política, nesse sentido, é sempre provisória e precária. Observemos, por exemplo, como esses temas se entrelaçam no segundo capítulo do primeiro Livro dos Discursos:

“Mas não há dúvida de que as reformas serão sempre perigosas, pois a maioria dos homens não se curva de boa vontade a uma lei inovadora, que estabeleça uma ordenação nova das coisas a que não considerem necessário submeter-se. E como tal necessidade nunca é imposta sem perigo, pode acontecer facilmente que uma república pereça sem que haja atingido a ordem perfeita.” (MAQUIAVEL, 1994, Livro I, cap. 2, p. 23)

A obra política em Maquiavel não é eterna, mas finita e mundana. Como procurei demonstrar, esse caráter decorre em larga medida de seu processo de crítica à legitimidade

dinástica, que inclui a secularização da ordem política e seu momento fundacional. Maquiavel contrapõe o prosaico ao divino, o imoral ao moral, o particular ao universal, o eterno ao fugaz. Trata-se de um processo de dessacralização da legitimidade política. Com isso, ele esvazia a legitimidade dinástica, articulada a partir do sagrado, e apresenta a força e a violência como fundamentos do poder, a partir das quais se erguem, posteriormente, as ordenações, civis e religiosas, criadas por obra humana, não divina. A análise do extraordinário, ou das situações extremas, como coloca Raymond Aron (MAQUIAVEL, 2017, cap. Posfácio, p. 152), cumpre o propósito da crítica maquiavélica de erodir as principais bases do status quo e, principalmente, de seu véu de legitimidade.

3. As situações extraordinárias e o estudo dos partidos.

O objetivo da análise que propus sobre o pensamento de Maquiavel é menos a de oferecer nova linha de interpretação de sua obra – me baseio, com efeito, em algumas interpretações clássicas – do que a de oferecer uma linha de abordagem crítica que possa ser aproveitada na análise política moderna. A obra de Maquiavel é representativa de um momento de crise do ordenamento dinástico que entre os séculos 16 e 17 minaram as bases da legitimidade do poder político medieval e do qual fazem parte as teses do tiranicídio, do direito à resistência e da revolução (SKINNER, 1998, vol. 2). Nesta última seção, gostaria de sublinhar a importância da crítica maquiavélica, nas linhas do que foi aqui proposto, para uma agenda de investigação face à crise de legitimidade da ordem pluralista e do papel que nela se espera dos partidos políticos.

Antonio Gramsci é indubitavelmente o autor mais famoso a empregar as reflexões de Maquiavel no estudo de partidos políticos (GRAMSCI, 1991). Os conceitos relativos ao moderno príncipe são amplamente conhecidos e discutidos na teoria política crítica. Para efeitos deste artigo, entretanto, gostaria de sublinhar uma passagem específica da interpretação de Gramsci, em que compara os trabalhos de Maquiavel ao de Jean Bodin, no intuito de apontar como equivocada a ideia de que este pudesse ser considerado um autor anti-maquiavélico. Para Antonio Gramsci, as diferenças entre o pensamento político dos dois autores seriam explicadas antes pelas diferentes circunstâncias em que escreveram: de um lado, o reino de França, sob um processo de institucionalização em torno da monarquia absolutista, de outro, a Itália dividida em cidades e contestada por reinos estrangeiros. É natural, portanto, que Maquiavel, como discutimos, escrevesse sobre a instabilidade inerente da obra política, enquanto Bodin trabalhou talhou conceitos jurídicos modernos, relativos à soberania do Estado.

E ainda assim, foi Maquiavel, e não Bodin, que Gramsci escolheu para discutir o tema dos modernos partidos políticos: os partidos não refletiriam um momento anterior à consolidação institucional, e sua própria existência indicaria um desafio lançado à legitimidade do *status quo*. Em outras palavras, os partidos seria um fundador em potencial de nova ordem política e, assim, sua mera existência seria contestadora da ordem existente.

Essa leitura contrasta enormemente com o lugar destinado aos partidos na ciência política contemporânea, de matriz americana. Inspirada na democracia minimalista de Schumpeter (SCHUMPETER, 1942), a releitura de Anthony Downs atribuída aos partidos políticos o papel de organizar o governo representativo em sociedades de massa (DOWNS, 1957). Enquanto atalhos ideológicos, organizariam as escolhas eleitorais e assim contribuiriam para políticas públicas mais racionais. A lógica eleitoral, por sua vez, conciliaria a representação política com uma tendência natural à estabilidade, motivada pela busca do eleitor mediano. A partir de então, os partidos políticos não apenas foram considerados como elementos indispensáveis da democracia representativa e ao princípio pluralista, como foram definidos em função desta. Os partidos se tornaram o símbolo máximo da institucionalização do regime político, de modo que a crise da democracia é vista, em larga medida, como a crise dos partidos⁵.

Essa abordagem foi condensada no conceito de sistemas partidários⁶, que orientou extensa agenda de pesquisas na Europa e Estados Unidos, tendo condicionado também a análise sobre a política brasileira⁷. O conceito de sistemas partidários analisa, fundamentalmente, os padrões e regularidades da dinâmica interpartidária, bem como seus efeitos sobre a democracia representativa. Se esse padrão não é encontrado, temos ou um problema de um sistema “amorfo”, ou uma crise da democracia, a depender da posição geográfica do sistema partidário em questão.

Maquiavel, tendo sido progenitor de uma época de crises, pode reservar ainda algumas lições epistemológicas, que procurei resumir na ideia de crítica maquiavélica. O estudo do extraordinário sobre o ordinário, qual seja, dos momentos de origem do partido e suas reiteradas e particulares interações com a ordem constitucional, é uma importante agenda de pesquisa, cujo avanço colocará em questão premissas que hoje impedem o avanço da discussão sobre o tema de partidos políticos, como a de que partidos e democracia representativa são dois fenômenos paralelos e complementares. Uma agenda de investigação, em suma, que

⁵ Ver por exemplo, (PRZEWORSKI, 2019).

⁶ Duas das obras fundadoras desse conceito são (DUVERGER, 1951; SARTORI, 1976).

⁷ Ver, por exemplo, os trabalhos de Scott Mainwaring (1999), bem como a reação na academia brasileira, como por exemplo os trabalhos de Melo e Câmara (2012), Reis (2010), Zucco (2009) e Santos (2008).

dessacralize teorias que, preocupadas em legitimar uma certa concepção de democracia, perdem seu poder explicativo em momentos de crise.

Referências:

- DOWNS, Anthony. *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper & Row Publishers, 1957.
- DUVERGER, Maurice. *Les Parties Politiques*. Paris: Librairie Armand Colin, 1951.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- LEFORT, Claude. *Machiavelli in the Making*. Evanston: Northwestern University Press, 2012.
- MAINWARING, Scott. *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1999.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Brasília: Editora UnB, 1994.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- MCCORMICK, John. Machiavelli against Republicanism. On the Cambridge School's "Guicciardinian Moments". *Political Theory*, v. 31, n. 5, 2003.
- MELO, Carlos Ranulfo; CÂMARA, Rafael. *Estrutura da competição pela Presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil*. Dados. [S.l.]: scielo. , 2012
- POCOCK, John. *The Machiavellian Moment. Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*. Princeton: Princeton University Press, 1975.
- PRZEWORSKI, Adam. *Crises of Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- REIS, Fábio Wanderley. *Identidade política, desigualdade e partidos brasileiros*. *Novos estudos CEBRAP*. [S.l.]: scielo. , 2010
- SANTOS, Fabiano. *Brazilian democracy and the power of "old" theories of party competition*. *Brazilian Political Science Review (Online)*. [S.l.]: scieloss. , 2008
- SARTORI, Giovanni. *Parties and Party Systems: A Framework for Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York: Harber & Brothers, 1942.
- SKINNER, Quentin. *The Foundations of Modern Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

STRAUSS, Leo. *Thoughts on Machiavelli*. Glencoe: The Free Press, 1958.

ZUCCO, Cesar. Ideology or What? Legislative Behavior in Multiparty Behavior Settings. *The Journal of Politics*, v. 71, n. 3, 2009.